



Aldeia

Jornal produzido pela
FASE Programa Amazônia

DEZEMBRO 2023

A NOVA ONDA DE GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

■ **Guilherme Carvalho, educador da FASE - Programa Amazônia**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado recentemente pelo Governo Federal abrange um conjunto amplo de ações nas áreas da saúde, educação, inovação para a indústria de defesa, infraestrutura urbana, segurança energética e logística, entre outras iniciativas.

Tal como no passado, a Amazônia continua a ser encarada como um enorme gargalo a ser resolvido a fim de dar vazão à exportação de commodities para os principais mercados do planeta: Europa, China, Japão, Estados Unidos e países árabes. Isto significa que a instalação de grandes projetos logísticos públicos e privados continua a ser um dos principais objetivos do PAC para a nossa região, como a transformação dos principais rios amazônicos em hidrovias – Tapajós, Araguaia e Tocantins, por exemplo –, expansão da rede de energia elétrica, construção de portos, pontes e ferrovias – a Ferrogrão no Oeste do Pará é o principal empreendimento no setor ferroviário –, modernização de aeroportos, abertura e/ou recuperação de estradas, ampliação da rede de comunicação (internet banda larga) e outras mais.

A esse conjunto de obras somam-se aquelas alavancadas pelo governo do Pará que tem se interessado em atrair grandes grupos econômicos para o estado visando ampliar a exploração de minérios, expansão de monocultivos como soja e dendê, construção da Ferrovia



Construção de ponte de concreto sobre o Rio Acará, na região do Capim (PA)

Paraense, ligando o Sul/Sudeste do Pará até o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, construção de pontes – como a que atravessa o rio Acará – duplicação e privatização de rodovias, etc..

A execução dessas obras vem acompanhada de diferentes iniciativas voltadas para a flexibilização da legislação ambiental, financiamento a juros baixos para as empresas, isenções fiscais e tributárias (as prefeituras têm liberado as empresas do pagamento de vários tributos, por exemplo), entre outras vantagens. Para tanto, grandes grupos econômicos nacionais e internacionais contam com forte apoio político no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, assim como da mídia corporativa (Globo, Folha de São Paulo, Estadão, Record, Band, revistas e rádios), sites, grupos religiosos, forças armadas e instituições financeiras do Brasil e do exterior (Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Bank of America, Citigroup, Goldman Sachs, Banco Interamericano de De-

envolvimento, Banco Mundial, BNDES e outros).

A instalação de toda essa infraestrutura logística visa garantir o acesso desses grupos econômicos aos territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais, áreas de conservação, de assentamentos e outras ricas em recursos naturais para explorá-las o quanto antes. Tudo justificado em nome do desenvolvimento e do progresso. Mais uma vez aqui ficarão os danos socioambientais (desmatamento, poluição, pobreza, controle de territórios pelo crime organizado, entre tantas outras consequências) para que os já muito ricos fiquem ainda mais ricos.

Somente com a construção de alianças estratégicas entre os povos da floresta, para aumentar a sua capacidade de resistência e garantir políticas públicas que atendam seus interesses, associada a uma rede de apoio e ao aprofundamento do diálogo dos movimentos sociais com a sociedade, será possível deter esse projeto de destruição da Amazônia.





O monocultivo traz consequências drásticas aos territórios de populações tradicionais.

O MONOCULTIVO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE

A mesorregião Nordeste Paraense é constituída de 05 microrregiões. São elas: Salgado (Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia), Bragantina (Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Campanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará e Tracuateua), Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará), Tomé-Açu (Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu) e Guamá (Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá e Viseu).

O monocultivo do dendê expandiu-se no Nordeste Paraense principalmente nos mu-

nicipios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu. A grande quantidade de agrotóxicos utilizados nas plantações provoca pesados danos ao ar, rios, igarapés, lençóis freáticos (águas subterrâneas), às plantas/matas, à saúde humana e dos animais. Além disso, há empresas envolvidas em vários casos de violações de direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais.

O site Econodata lista ao menos 49 empresas de dendê no Pará. Entre os maiores grupos empresariais que atuam no Nordeste Paraense, destacamos a Agropalma; a Brasil Bio Fuels (BBF); a Marborges Agroindústria; Belém Bionergia Brasil; e a Mejer Agroflorestal. A Agropalma afirma ser “a maior produtora de óleo de palma sustentável das Américas” em que pese as diversas denúncias contra ela que colocam em xeque sua dita sustentabilidade, inclusive a de ter realizado grilagem de terras públicas. Ela diz controlar 107 mil

hectares de terras e possuir 64 mil hectares de reservas florestais. Porém, é preciso ressaltar que comunidades quilombolas afirmam que a empresa busca apoderar-se de suas terras preservadas para compor as “suas reservas”. Já a BBF Agro, braço corporativo do Grupo BBF, se coloca como “o maior produtor de óleo de palma da América Latina” com cerca de 75 mil hectares plantados, mas está sendo acusada por lideranças indígenas de envolvimento em assassinatos, ameaças e tentativas de homicídio. Quanto à Marborges, foi citada recentemente em matérias jornalísticas com envolvimento em receptação de carga roubada de dendê. Por sua vez, a Belém Energia Brasil afirma ter 45 mil hectares plantados com palma, a empresa já chegou a ser acionada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT 8ª Região) por “terceirização ilícita”. De acordo com o MPT, “20 estabelecimentos da empresa foram inspecionados pela fiscalização do trabalho, totalizando 87 autos de infração lavrados”. Por fim, a empresa Mejer Agroflorestal foi obrigada, por conta de uma decisão judicial, a vir a público reconhecer o direito de seus empregados de escolherem livremente em quem votar, “garantindo a todos os seus funcionários que não serão adotadas medidas de caráter retaliatório, como a perda de empregos, caso votem em candidatos diversos daqueles que sejam da preferência do(s) proprietário(s) da empresa, tampouco

será realizada campanha pró ou contra determinado candidato, coagindo, intimidando, admoestando e/ou influenciando o voto dos empregados com abuso de poder diretivo”. A nota foi divulgada em maio deste ano e diz respeito à eleição ocorrida em 2022.

Tais empresas controlam milhares de hectares no Nordeste Paraense. Suas seguranças privadas impedem a livre circulação dos(as) moradores(as) das comunidades e os/as ameaçam, confiscam seus apetrechos de pesca e de caça, invadem seus territórios e até terras públicas, além de utilizarem as áreas preservadas pelas comunidades para tentar ganhar dinheiro no mercado de carbono que significa, entre tantas outras consequências negativas, a perda da autonomia das comunidades sobre seus territórios.

Todas elas não se reconhecem tão somente como produtoras de dendê, mas como empresas de energia, ou seja, empresas engajadas na mudança da atual matriz energética baseada nos combustíveis fósseis (petróleo) por outra mais sustentável. Ocorre no entanto que tal sustentabilidade simplesmente não se sustenta diante dos muitos casos de violação de direitos, crimes ambientais e ilegalidades. Apesar de governos e seus aliados, a mídia corporativa e organizações que emitem selos de qualidade no Brasil e no exterior tentarem dizer o contrário.

DISFARCES

VERDES:

O MERCADO DE CARBONO E SUA OFENSIVA AOS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA

Beatriz Luz (Fundo Dema) e Tatiana Ferreira Reis (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA)

O atual contexto de crise climática no mundo adverte a sociedade sobre a necessidade de transformações. No bojo das constatações comumente identificadas estão a necessidade de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Nesse debate, os termos genéricos não nos ajudam a compreender os diferentes interesses no tabuleiro do clima em que cada peça ajuda a conformar o jogo das estratégias antagônicas postas à mesa. A ‘sociedade’ não será afetada da mesma forma pela crise climática. Não somos ‘todos’ responsáveis pelo estado em que chegamos hoje. Não basta mudarmos individualmente, seguindo a premissa de que “cada um precisa fazer sua parte”.

O pacote fundiário, empresarial e financeiro que envolve o tripé – agronegócio, mineral negócio e hidro negócio – corresponde aos maiores emissores de gases do efeito estufa no mundo. São fortes indutores de desmatamento e artificializam a natureza como modus operandi. Com o intuito de legitimar a manutenção e a ampliação de suas estruturas, o agro-minero-hidro negócio aposta na lavagem verde, a adoção de falsas práticas de sustentabilidade por empresas que degradam o meio ambiente, mas tentam passar uma imagem positiva para seus públicos.

O mercado de carbono é um desses instrumentos apresentados como alternativa aos problemas climáticos. A com-

penção de carbono consiste na premissa de que os diferentes gases de efeito estufa têm o mesmo impacto e que, portanto, os danos causados pelas emissões de uma fonte poluidora podem ser compensados pela redução de emissões em outra. As florestas são reconhecidas como sumidouros de carbono por absorverem o carbono presente no ar com a emissão de dióxido de carbono (um dos gases de efeito estufa). Acontece que a lógica da compensação pressupõe a noção de que todo carbono é igual. Não é.

O carbono fóssil presente no subsolo ao ser extraído e transformado em gasolina e diesel, por exemplo, ao ser queimado é forte indutor de energia da qual o sistema capitalista é altamente dependente. Essa energia fóssil só existe em virtude de uma alta concentração de carbono armazenado por milhares de anos sob pressão, temperatura e calor próprios do subsolo. O carbono fóssil não equivale ao carbono biótico – presente nas florestas e nas superfícies da terra. Não é possível comparar, compensar e igualar dois tipos de carbono de origens e efeitos distintos ao serem queimados.

Além da impossibilidade biológica em igualar carbonos de origens diferentes, a lógica da compensação tem o intuito principal de manter intactos os interesses empresariais e, dessa forma, continuar emitindo gases do efeito estufa e promovendo todo tipo de desequilíbrio ambiental. Para os povos

que vivenciam o caos climático promovido pelos setores capitalistas, compensar a emissão desses gases não é a solução.

Outro equívoco é acreditar que as florestas estão paradas, reservadas e, em muitos casos, vazias, esperando uma empresa elaborar um contrato para que o crédito seja emitido por uma certificadora. Com o crédito de carbono ‘em mãos’ é possível vender o direito de poluir para outras empresas que queiram comprar, como um selo verde.

A região amazônica vivencia atualmente uma ofensiva de projetos de crédito de carbono nos territórios de povos e comunidades tradicionais, mesmo sem qualquer regulamentação desse mercado no Brasil. Há muitas similaridades no comportamento das empresas que chegam com as propostas de crédito de carbono nos territórios: os contratos são sigilosos, geralmente somente poucos membros da diretoria de uma determinada associação têm acesso; a promessa de que a preservação vai ser uma fonte de renda, pura e simplesmente por preservar, não é concretizada.

Esses contratos também incluem a vigilância e a proibição de práticas tradicionais nos territórios, como os roçados de corte e as queimas controladas. Essas técnicas criminalizadas nesses contratos são utilizadas para o desenvolvimento

das atividades econômicas e de subsistência das comunidades.

Além disso, os contratos preveem vigência de cerca de 30 a 40 anos, tempo muito superior ao que qualquer associação comunitária poderia responder pela gestão do território. Outro traço comum neste cenário é a ausência de consulta livre, prévia e informada exigida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também há casos de grilagem digital presente nos contratos, nos quais áreas inseridas no Cadastro Ambiental Rural (autodeclaratório) sobrepostas a territórios tradicionais de forma irregular respondem pelos contratos de crédito de carbono sem avaliação e aprovação das comunidades.

São muitas as irregularidades e consequências da entrada do mercado de carbono na vida dos territórios e das suas organizações. Denúncias sobre essas irregularidades estão sendo investigadas na Justiça do Pará e de outros estados da Amazônia. No entanto, é difícil frear tanto assédio.

A auto-organização dos territórios, os instrumentos de autogestão e de autogoverno como os Protocolos de Consulta Livre Prévia e Informada são importantes ferramentas de enfrentamento das falsas soluções da tinteira verde que encobre os reais objetivos do mercado.



O 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 23 de novembro, marcou história não só pelo número de inscritos, mais de cinco mil pessoas, mas também pelo envolvimento da cidade.

Ao todo, dez mil pessoas frequentaram o evento e a “Feira Nacional Sabores e Saberes da Agroecologia e Economia Solidária”, aberta ao público, ocorreu de forma paralela ao CBA e reuniu produtores agroecológicos de todo o Brasil no Passeio Público. Experiência única para quem procura alimentação e formas de vida mais saudáveis respeitando a soberania dos povos tradicionais e os direitos da natureza.

A Fase Amazônia e o Fundo Dema estiveram envolvidos de forma intensa nos quatro dias de realização do CBA. Já na abertura do evento na Fundação Progresso, Daniela Araújo, liderança do território Pirocaba, em Abaetetuba, fez um depoimento emocionado sobre a resistência das populações tradicionais da Amazônia para proteger seus territórios, mesmo com as ameaças e assédio de grandes empresas e do próprio Estado. “No CBA anterior estávamos aterrorizadas com a ameaça do porto da Cargill no nosso município, mas eles não conseguiram se instalar até hoje porque nos unimos e agimos a tempo, junto com nossos parceiros, para exigir respeito aos nossos direitos. Então me sinto muito honrada por estar neste espaço, representando tantos territórios que continuam resistindo às investidas do capitalismo”, declarou.

O território Pirocaba faz parte da área de impacto do terminal de uso privado (TUP) da multinacional Cargill, um projeto combatido por populações tradicionais da região do Baixo Tocantins (PA) por seu histórico de denúncias de irregularidades investigadas na Justiça. O território Pirocaba é um dos que recebe apoio da Fase Amazônia e do Fundo Dema na região para desenvolver iniciativas como as Cadernetas Agro-



As educadoras do Fundo Dema, Beatriz Luz (calça) e Suelany Souza, apresentaram artigos no CBA 2023.

AGROECOLOGIA NA BOCA DO POVO: FASE E FUNDO DEMA PARTICIPAM DO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, NO RIO DE JANEIRO

■ **Tatiana Ferreira Reis (NAEA-UFPA), colaboradora da FASE**

ecológicas, que vêm transformando a vida de trabalhadoras rurais, artesãs, pescadoras e donas de casa por meio da valorização do trabalho agroecológico, da soberania alimentar e da permanência nos territórios.

TAPIRIS DOS SABERES

Sobre o mesmo projeto, a engenheira agrônoma Suelany Sousa da Silva, educadora do Fundo Dema, participou dos Tapiris dos Saberes, área de apresentação de artigos no CBA, com o trabalho “Cadernetas agroecológicas: experiência do Fundo Dema em quintais produtivos do Baixo Amazonas e Nordeste Paraense em defesa dos bens comuns”. A educadora apresentou com sucesso alguns resultados e reflexões

sobre o trabalho desenvolvido no Pará.

Ainda dentro do eixo temático sobre “Gênero, feminismos e diversidades na construção agroecológica”, Dandara Martins, colaboradora da Fase, e Daniela Araújo apresentaram o artigo “O tecer das sabedorias e práticas das mulheres nos territórios do Bem Viver: as cadernetas agroecológicas como instrumento político e pedagógico”, e destacaram o fortalecimento de inovações no âmbito da saúde popular com a valorização das plantas, ervas e raízes medicinais encontradas nos territórios, trabalho bem recebido na sessão de gênero.

A educadora Beatriz Luz destacou a história, a trajetória, as áreas de atuação e as ações realizadas pelo Fundo



Dema na Amazônia desde sua origem, em 2003, com artigo “A experiência de fundos comunitários como o Fundo Dema no fortalecimento da agroecologia na Amazônia”, apresentado na área temática “Políticas Públicas”. Além da participação delas, o trabalho de Samis Vieira “Sistemas agroflorestais para o Bem Viver: a experiência entre técnicos e extrativistas no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém” foi aprovado na área temática de Manejo de Ecossistemas.

BARRACÕES DOS SABERES

Nos espaços de debates dentro da Feira Nacional Sabores e Saberes da Agroecologia, Daniela Araújo relatou o processo de elaboração do Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada do território Pirocaba, na programação “Anúncios e denúncias como estratégias de resistência das mulheres na agroecologia”. Outras duas participantes do Pará compuseram o debate: Luciane Soares, da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra, campus Tomé Açu), e Solange de Oliveira, representando o Grupo de Mulheres do Brasil.

No Barracão dos Saberes

dedicado à Justiça Climática, a liderança jovem do PAE Lago Grande, território que tem assistência da FASE Amazônia, em Santarém, no Pará, Darlon Neres, contou sua experiência na roda de diálogo “Agroecologia e transições socioecológicas: desafios em pauta, resiliência e resistência desde os territórios latino-americanos”. A roda teve como objetivo ex-

plorar distintas trajetórias na construção de territórios agroecológicos que enfrentam as “falsas soluções” das corporações transnacionais com apoio do Estado como respostas para a crise climática, com foco no papel dos sujeitos coletivos.

Além da programação científica, cultural, gastronômica e da realização do Festival Internacional de Cinema Agro-

cológico, no Cine Odeon, o 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia montou uma Cozinha Solidária, onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) distribuiu, todos os dias do evento, alimentação saudável para moradores de rua do Centro do Rio de Janeiro. O espaço protagonizou alguns dos momentos mais bonitos de solidariedade ocorridos durante o

CBA.

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) forneceu alimentação para os participantes que obtiveram gratuidade no evento, com cardápios muito elogiados por trabalhadores rurais, integrantes dos movimentos sociais e representantes de territórios de todo o Brasil.

ROMARIA DO BEM VIVER REÚNE JUVENTUDES E LIDERANÇAS EM DEFESA DO RIO ARAPIUNS

Sara Pereira – educadora e coordenadora da FASE - Programa Amazônia

Com o tema “Água é bem comum”, a II Romaria do Bem Viver, realizada nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio Arapiuns, em Santarém/PA, foi uma iniciativa do coletivo de jovens Guardiões do Bem Viver. Junto com os primeiros raios de sol, inúmeros barcos, rabetas e bajaranas (pequenas embarcações) aportaram na Comunidade São Francisco, na região do Arapiuns, no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, trazendo centenas de pessoas vindas das demais regiões do PAE, assim como da Resex Tapajós-Arapiuns e participantes de Santarém.

A II Romaria do Bem Viver mostrou a importância da proteção das águas e da preservação do Rio Arapiuns. Ricardo Aires, jovem da região do Arapixuna e integrante dos Guardiões do Bem Viver, destaca que o rio é fundamental para a garantia dos modos de vida das populações que o habitam, “Somos ribeirinhos, estamos localizados nas comunidades tradicionais, aldeias indígenas que estão sempre à margem de um igarapé, do rio. E hoje com a devastação, o desmatamento, as mudanças climáticas, nós somos muito impactados, nossos rios estão contamina-

dos”, denuncia. “E agora essa seca que veio muito forte fechou nossos caminhos, nossa fonte de alimentação. Porque é principalmente do rio que vem nosso sustento, nosso ir e vir. O Arapiuns é nossa estrada, nossa rua, nosso lazer, nossa proteção. Se ele está sendo destruído, nós também estamos. Por isso exigimos que nosso rio não seja tratado como mercadoria, mas como bem comum, essencial para nossa vida”, apela.

A jovem Maria Rocha, também membra dos Guardiões do Bem Viver, chama a atenção para o fato de que as mulheres são as que mais sofrem com a poluição e seca do rio. Ela ressalta que “os cuidados com a casa, o preparo da alimentação, o manejo das hortas e quintais, a condução das bajaranas para levar as crianças à escola, são tarefas realizadas, principalmente, pelas mulheres. Então, se a água do rio está suja ou se o rio seca demais, somos nós as mulheres que sentimos mais fortemente os impactos disso. Daí, temos que dizer que a poluição do rio prejudica todos nós, para as mulheres a vida fica muito mais difícil ainda”, complementa.

E a voz das mulheres ressoou também nos poemas de Lucia-

na Lima, jovem da Comunidade Cutilé, anunciando que “o rio Arapiuns nos dá o sustento, sacia a nossa sede, nos traz paz, ele é o nosso bem viver. Agora ele está sofrendo com a morte dos peixes, com a fumaça das queimadas, com a seca no seu leite. E a gente sofre junto com ele, porque nós não somos do rio Arapiuns, nós somos o rio Arapiuns”, afirma.

RIO ARAPIUNS COMO SUJEITO DE DIREITO

Com o objetivo de buscar proteção legal ao Rio, a juventude do Coletivo Guardiões do Bem Viver, em parceria com a Pastoral da Juventude e outras organizações como a FASE Amazônia, iniciou a programação da II Romaria do Bem Viver com um seminário cuja pauta central foi o debate sobre o rio como sujeito de direito.

O jovem Darlon Neres, também integrante dos guardiões, explicou que já estão trabalhando uma proposta de projeto de lei, inclusive em diálogo com alguns vereadores de Santarém, na perspectiva de garantir a proteção legislativa ao rio Arapiuns e torná-lo efetivamente sujeito de direi-

to. Ele enfatizou que o rio está ficando cada vez mais poluído por conta da exploração ilegal de madeira, além da ameaça da mineração e da especulação imobiliária que já prevê empreendimentos que vão impactar ainda mais o rio. “Preocupados com essa situação, vimos algumas experiências no Brasil que conseguiram aprovar leis instituindo os direitos da natureza, os direitos dos rios. Como é o caso de Guajará-Mirim, em Rondônia, que a partir da luta popular conseguiu tornar o Rio Laje como sujeito de direito por meio de lei municipal. Se nos engajarmos pra valer nessa luta, nós também podemos conseguir”, defende. “O rio Arapiuns é um ser vivo do qual depende a nossa própria vida. Protegendo o rio, a gente garante a proteção das águas como bem comum para nós e para as futuras gerações”, assegura Darlon.

Atualmente, os rios e as águas, na legislação brasileira, não são considerados “sujeitos de direito”, que é quando cada indivíduo tem deveres e direitos protegidos por lei e devem ser respeitados. Sem direitos, a natureza sofre constantemente



Foto: Érika Galvão

Juventudes do PAE Lago Grande e RESEX Tapajós-Arapiuns protagonizam a articulação em defesa do território.

com a poluição, desperdício de água e destruição. Os debates sobre direitos da natureza têm ganhado força ante à emergência climática que preocupa o mundo.

Os direitos da natureza baseiam-se na cosmovisão ancestral indígena e de povos tradicionais, a qual estabelece a interdependência entre os seres humanos e demais seres, animados e inanimados, que habitam o planeta terra, os constituindo como integrantes de uma mesma comunidade. Seria o que Papa Francisco chamou, na *laudato si*, de ‘casa comum’. É nessa cosmovisão que os jovens do PAE Lago Grande se inspiram no fortalecimento da luta para garantir o Rio Arapiuns como sujeito de direitos.

Apesar da legislação brasileira ainda não ter consagrado esse entendimento, já há iniciativas no país que conseguiram aprovar leis dos Direitos da Natureza, como os municípios de Bonito e Paudalho, no Estado de Pernambuco, Florianópolis em Santa Catarina, Serro em Minas Gerais e Guajará-Mirim,



Foto: Darnilly Yared/Idf

A defesa da água enquanto bem comum foi a principal pauta de reivindicação da Romaria do Bem Viver, em 2023.

em Rondônia.

Para os Guardiões do Bem Viver a luta para tornar o Rio Arapiuns sujeito de direitos está só começando. Mas já conta com a proteção dos espíritos ancestrais invocados pelas lideranças indígenas da Terra Indígena Cobra Grande, as quais receberam com um lindo e emocionante ritual a população que navegou pelo Arapiuns desde a Comunidade São Francisco até a Aldeia Lago da Praia.

No encerramento do ato, o jovem Ricardo Aires reafirmou o mantra dos Guardiões do Bem

Viver “Eu não estou no território, eu sou o território”. E continuou: “Nós não estamos à parte do nosso território, temos uma relação de muito pertencimento, muita conexão. As árvores, as florestas, os igarapés, os encantados, nossos ancestrais, nossos povos também somos nós. E o PAE Lago Grande e a Resex Tapajós-Arapiuns não estão separados pelo rio. Na verdade, o rio Arapiuns nos une, o povo que está à margem da Resex e nós que estamos à margem do PAE Lago Grande somos conectados pelo rio, pelas inter-relações que são feitas todos os dias

Em meados de novembro de 2023, mais um vídeo circulava pelas redes sociais. Era o registro de uma mortandade de peixes na região do PAE Lago Grande, em Santarém (PA). Tantas outras fotos revelavam um cenário desolador de desertificação. Eram as águas, antes abundantes, meio de transporte e de sobrevivência, agora, inacessíveis, intrafegáveis e inexistentes.

Enchentes no sul do país e seca extrema ao norte, uma realidade que até poderia ser justificada pelo fenômeno El Niño, no entanto, por si só, este já é uma consequência das mudanças climáticas tão discutidas, mas pouco aprofundadas na mídia massiva. Afinal, por onde começar a entender tudo isso? Há muitos fatores envolvidos, mas a princípio é fundamental entender que a crise climática tem origem numa política desenvolvimentista e de explora-

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: o impacto sobre as comunidades e os territórios tradicionais

Élida Galvão

ção dos bens comuns.

A aceleração da financeirização da natureza vem gerando consequências catastróficas à humanidade. A emissão desenfreada de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera tem sido o foco das inquietações dos movimentos sociais nas últimas décadas. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), até 2030 as emissões globais precisam cair em 43% para evitar o aumento da temperatura acima de 1,5°C. No Brasil,

uma das principais preocupações está relacionada à floresta amazônica, isso porque o avanço do agronegócio acentua ainda mais as emissões, devido ao desmatamento e a mudança no uso da terra e a consequente abertura para a pecuária extensiva, o monocultivo e a especulação imobiliária. Com isso, muitos cientistas acreditam que chegamos ao Ponto do Não Retorno.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS SÃO IMPACTADAS

por meio da rabetá, da canoa, do barquinho. Precisamos das águas do Arapiuns saudáveis porque delas depende a nossa sobrevivência. Se nós temos direitos, o rio também tem. Vamos seguir firmes na luta pelo Arapiuns como rio de direitos”.

Apesar de todos os desafios que terão pela frente, os jovens do Coletivo Guardiões do Bem Viver já estão fazendo história ao assentarem a luta em defesa dos seus territórios na cosmovisão ancestral da natureza como ser de direitos, entendendo a proteção ambiental como a proteção das suas próprias vidas e da sustentabilidade do planeta. E tudo isso construído através de um processo autônomo e emancipatório que estampa o protagonismo da juventude com uma crescente consciência política sobre seu papel no mundo. Diante da necessidade de enfrentamento da emergência climática, os jovens amazônidas do Guardiões do Bem Viver estão materializando o que Ailton Krenak vem insistentemente ensinando: o futuro é ancestral. Que os olhos do mundo vejam e aprendam!

Em tempos de Emergência Climática, os impactos ambientais são literalmente sentidos na pele por todos e todas. Na Amazônia, o calor demasiado e a falta de chuva, tem provocado um desequilíbrio climático perverso, impactando os meios de subsistência e os modos de vida das populações tradicionais. Essa é uma realidade que o Amarildo Fernandes, 56, conhece muito bem. Morador da comunidade pesqueira Tapará Miri, localizada no Projeto de Assentamento (PAE) Tapará, no território do Baixo Amazonas (PA), o pescador, ribeirinho, agroextrativista, como ele mesmo se identifica, relata que a seca afetou a atividade pesqueira e o que conseguem pescar vira meio de subsistência.

A comunidade fica em uma região várzea, distante cerca de 33,5 quilômetros do município sede, que é Santarém (PA). Por meio da Associação dos Mora-

dores de Tapará Miri (AMOTAM), com o apoio do Fundo Dema, as famílias de lá, junto a outras famílias de comunidades vizinhas, Santa Maria do Tapará e Pixuna do Tapará, desenvolvem o projeto Acordos comunitários de pesca fortalecendo a gestão e melhorando e a vida das famílias assentadas no PAE Tapará, município de Santarém/PA. A iniciativa é realizada em lagos de uso coletivo das três comunidades, beneficiando 185 famílias, com o objetivo de ampliar o modelo do Acordo de Pesca no assentamento.

Porém, afetadas pela extrema seca, as famílias do PAE têm que se deslocar para Santarém, para pegar barris de água para o consumo. A água ficou tão escassa que o único lago possível para o banho fica a meia hora de distância. Uma viagem a Santarém, que antes durava cerca de uma hora, de lancha, agora se estende por quatro ou cinco. Para ir ao município sede é necessário caminhar durante uma hora até a beira do rio Amazonas para, então, pegar o barco. “O canal só não secou totalmente porque a comunidade tem cavado manualmente para ver se passa alguma canoa. A situação afetou a pesca para a venda e também a agricultura, o que a gente consegue é só para sobreviver”, destaca Amarildo. “A renda fica comprometida, a gente sobrevive por conta dos auxílios recebidos do Governo. O que sustenta as famílias é o Bolsa Família e o Seguro Defeso e assim a gente vai se ajudan-

do. Até mesmo as fiscalizações que a gente faz no território ficam comprometidas, por conta da dificuldade de locomoção e a gente tem sempre que ficar observando os rios, para mudar os peixes para outro lugar mais fundo”, completa.

A realidade enfrentada pelas famílias de Tapará Miri não

é um caso isolado, de acordo com Marta Campos, moradora da comunidade Carariacá, na região Arapixuna, a seca tem afetado, sobretudo a vida das mulheres, que não conseguem mais gerar renda nas feiras agroecológicas porque a seca destruiu toda a plantação. “Nós, mulheres fomos bastante

ponderam por 75% do desmatamento no Estado, no período entre 2019 a 2022. Os dados são reforçados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), cujo monitoramento apontou que no ano de 2022, durante o Governo de Jair Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia foi o maior registrado em 15 anos. Entre janeiro e dezembro daquele ano foram devastados 10.573 km², o equivalente à derrubada de quase três mil campos de futebol por dia de floresta.

Portanto, conforme destaca o Grupo Carta de Belém (GCB), é urgente e necessário construir políticas públicas que deem conta da proteção das populações vulneráveis pelos impactos das mudanças climáticas. Sobretudo, é preciso destinar políticas públicas que beneficiem soluções eficazes tais como: a agroecologia, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a regularização fundiária de territórios extrativistas e a implantação de planos de gestão territorial e ambiental que reforçam a comunalidade e a autonomia dos povos, práticas ancestrais de conservação ambiental e economias populares e solidárias.

O ano de 2025 será marcado com a realização da COP 30 na Amazônia e muitas críticas são levantadas por organizações e movimentos da sociedade, porque ao invés de garantir que práticas sejam adotadas pelos países ricos para a redução da emissão de gases poluentes, a COP tem deixado brechas para que as florestas de países mais pobres sejam utilizadas como moeda de troca para a contenção do clima. Isso não é justo! As populações das florestas, sobretudo da Amazônia, não podem pagar pela crise climática ou carregar o peso de protagonizar a “contenção”, a “compensação” da poluição provocada pelos países ricos. Uma transição justa é feita com a participação e a escuta das populações impactadas, das comunidades atingidas e não com o envolvimento das florestas e de seus povos nos mercados de carbono e falsas “soluções verdes”.



Foto: Suelany Sousa

Desertificação na região do Lago Grande, em Santarém (PA).

impactadas por este fenômeno. Isso nos impossibilitou produzir e levar nossos produtos para as feiras, porque dependemos do rio para nos deslocar para a cidade. Ficamos isoladas e nossas produções acabaram morrendo”.

O AGRO (DES)MATA

Grande parte das emissões de gás de efeito estufa (GEE) na atmosfera são provenientes do desmatamento e da mudança na forma de utilizar a terra e o solo, a exemplo da transformação da floresta em pastagem para a pecuária extensiva, ou seja, o agronegócio é um dos maiores responsáveis pelo aquecimento global do planeta.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) (2019), cerca de 23% das emissões mundiais de GEE na última década provém da agropecuária, da silvicultura e de outros usos da terra. No Brasil, 70% das emissões de gases vem da agropecuária. Não por acaso, o Pará é considerado o maior emissor de gases do país, pois, desde 2006, o estado é considerado campeão de desmatamento. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), o município de São Félix do Xingu (PA) possui o maior rebanho bovino do país, mas ele também é um dos 15 municípios paraenses que res-



O PORQUÊ DA CONSTITUIÇÃO DA FRENTE DE DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Os territórios de povos indígenas, de comunidades tradicionais e áreas de conservação ambiental estão profundamente ameaçados por conta da expansão acelerada do grande capital, que é promotor de desigualdades, da destruição ambiental e modos de vida comunitários, do consumismo desenfreado, do individualismo exacerbado, da ação do crime organizado (grileiros, narcotraficantes, piratas, milícias, madeireiros e garimpos ilegais), da instalação de complexos logísticos (construção de hidrelétricas/eclusas, portos, expansão da rede de energia, transformação dos principais rios da região em hidrovias, ferrovias, abertura e/ou asfaltamento de estradas e minerodutos).

Poderosos grupos econômicos do Brasil e do exterior, principalmente aqueles vinculados ao agronegócio e à mineração, são os que comandam todo processo de expropriação territorial, de devastação am-

biental e de violação de direitos na Amazônia (Cargill, Hydro, Imerys, Vale, JBS, BBF, Agropalma e ALCOA, entre outras), financiados por bancos públicos e privados (Santander, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BASA, JP Morgan e Citibank, por exemplo). Lutar contra esse bloco com enorme poder político, econômico e ideológico (O agro é pop), que elege bancadas no parlamento, financia candidaturas de diferentes partidos, possui enorme influência no Judiciário e na mídia corporativa, e atua no interior de importantes instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, somente é possível se movimentos sociais e aliados se unirem em redes que promovam a resistência, a construção de alternativas e a solidariedade entre os povos.

A Frente de Defesa dos Territórios (FDT) objetiva somar esforços, recursos (humanos, materiais e financeiros) e ex-



pertises, além de construir estratégias comuns entre diferentes movimentos, organizações e pessoas para: i) Ter condições de atuar em diferentes escalas – desde o plano local até o internacional – para defender os direitos socioterritoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais de algumas regiões do Pará; ii) Ampliar a capacidade de mobilização social, de resistência e de incidência política sobre governos, parlamentos, judiciário e empresas; iii) Promover o diálogo entre os conhecimentos ancestrais/tradicionais e acadêmico em vista de produzir conhecimento crítico sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento, bem como para propor políticas

públicas inclusivas e verdadeiramente sustentáveis fundadas no Bem Viver.

A FDT não se coloca em concorrência com outras redes e/ou movimentos, se posiciona como parceira, apoiadora, mesmo como integrante de alguns desses espaços mais amplos, como o Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), por exemplo. A questão fundamental é contribuir para romper com ação fragmentada na região e construir alianças estratégicas em função de alcançarmos as mudanças estruturais que o Brasil necessita para nos tornarmos uma nação soberana, democrática, sustentável e igualitária.

A IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES EM 2024

Em 2024 elegeremos prefeitos(as) e vereadores(as), tudo leva a crer que será uma disputa acirrada por diferentes motivos. Um deles é que Bolsonaro tirou a extrema direita do armário, e agora se apresenta como um ator político com forte enraizamento na sociedade. Esse setor agrega grupos religiosos conservadores e suas pautas de costumes – contra os direitos das mulheres e de LGBTQIAPN+, por exemplo – partem

de representantes de poderosos setores econômicos, particularmente do agronegócio e da mineração, além da mídia corporativa e grupos políticos encastelados há anos no poder.

Bolsonaro saiu do governo, mas o bolsonarismo e sua estratégia baseada na disseminação do ódio e da mentira continuam com toda força. Por outro lado, caso haja efetiva melhora na economia e nas condições de vida da parcela significati-

va da população, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados podem ampliar o número de governos municipais sob seu comando.

Entretanto, no Pará, um fator relevante a ser considerado é a ausência de efetiva oposição partidária ao governo Helder Barbalho. Os partidos do campo democrático e popular aderiram de alguma forma ao projeto político da família Barbalho no estado, defendendo pautas como a economia verde (mercado de carbono), a produção de agrocombustíveis ou a exploração de petróleo na foz do Amazonas. Já os aliados de Bolsonaro no estado não demonstram força suficiente para

enfrentar Helder, e uma parte deles vem aos poucos aderindo ao governo e garantindo sustentação política.

O desafio para os movimentos sociais é conseguir aumentar a bancada de parlamentares alinhados(as) com as pautas direcionadas para o fortalecimento da democracia, da participação popular e do controle social, que se somem aos seus esforços em defesa dos direitos socioterritoriais de povos indígenas e de comunidades tradicionais, dos direitos das mulheres, jovens e moradores(as) das periferias urbanas e atuem contra o patriarcado, o racismo e todas as formas de discriminação.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Esta é uma produção da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) - Programa Amazônia, com o apoio das organizações Heinrich Böll Brasil, ASW, Rainforest Action Network. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva da FASE e não necessariamente reflete a posição das organizações apoiadoras.

Diagramação e design:
Dah Passos
Tiragem:
1.500 mil exemplares

FASE
Rua Bernaldo Couto, 1329
Umarizal - C.E.P 66.055-080

Tel.: 91 4005-3773
E-mail: amazonia@fase.org.br
Site: www.fase.org.br